



## **PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: CONTEXTOS, INFLUÊNCIAS E INTERESSES**

### **ENVIRONMENTAL PRESERVATION IN THE CONTEXT OF NEOLIBERAL GLOBALIZATION: CONTEXTS, INFLUENCES AND INTERESTS**

Vinicius Batista da Silva<sup>1</sup>

[vinicius.silva@roo.ifmt.edu.br](mailto:vinicius.silva@roo.ifmt.edu.br)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

#### **Resumo**

Sob influência do pensamento neoliberal e das teorias de livre mercado, o movimento ambiental e a temática ecológica começam a despertar o interesse dos grandes organismos financeiros locais e internacionais. Assim, a política ambientalista passa a ser marcada pela mercantilização e pelo comércio. Nesse contexto, o presente artigo problematiza as transformações econômicas e políticas provocadas pela investida neoliberal sobre pautas ambientais, apresentando aspectos que possibilitam a reflexão acerca dos impactos das políticas de crédito de carbono que nas últimas décadas têm figurado como principal política de redução dos gases que provocam o efeito estufa. Argumento que a mercantilização de soluções para os problemas relacionados às questões ambientais pode aprofundar os problemas e inviabilizar soluções efetivas que perpassam pelo debate democrático entre todos os segmentos da sociedade.

**Palavras-Chave:** Neoliberalismo. Mercantilização. Problemas ambientais;

#### **Abstract**

Under the influence of neoliberal thinking and free market theories, the environmental movement and the ecological theme begin to arouse the interest of the major local and international financial organizations. Thus, environmental policy is marked by commodification and trade. In this context, this article problematizes the economic and political transformations caused by the neoliberal onslaught on environmental guidelines, presenting aspects that make it possible to reflect on the impacts of carbon credit policies that in recent decades have figured as the main policy for reducing greenhouse gases. I argue that the commodification of solutions to the problems related to environmental issues can deepen the problems and make impossible effective solutions that pervade the democratic debate among all segments of society.

**Keywords:** Neoliberalism. Commodification. Environmental problems;

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação, Sociólogo e Pedagogo no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso-Campus Rondonópolis.



## 1. INTRODUÇÃO

Não é novidade para ninguém, que sobretudo nas últimas décadas, o homem tem transformado cada vez mais a natureza sob a justificativa de geração de riqueza, modernidade e bem-estar social. O grande problema é que para além do desequilíbrio ambiental provocado pela destruição dos recursos naturais, a riqueza produzida fica concentrada nas mãos de um grupo muito pequeno de pessoas, enquanto a maioria, bilhões de seres humanos, não têm sequer o que comer. Tal percepção nos leva a pensar que as questões ambientais e a produção de riquezas passa, intrinsecamente, pela problemática social. Em outras palavras, discutir a questão ambiental significa pensar na relação entre o homem e a natureza, o que na realidade, é pensar na própria humanidade.

Nas últimas décadas, observamos a realização de acordos internacionais, publicação de diversos estudos científicos sobre degradação ambiental, pressões e mobilização de organizações ambientais sobre pautas ambientais.

A ação dessas instituições é motivada pelo aumento da poluição, extração elevada de recursos naturais, desmatamento acelerado, aquecimento global, entre outros. Por outro lado, nas últimas cinco décadas, observamos um enorme crescimento econômico mundial e, na mesma proporção, o aumento exponencial das desigualdades sociais.

Há muito tempo que as questões relacionadas às mudanças climáticas, poluição, desmatamento, degradação do solo e extinção das espécies, são pautas de discussões e acordos internacionais (Conferência de Estocolmo em 1972, ECO-92, Protocolo de Kyoto, Rio +10, Rio + 20, dentre outros). Entretanto, os efeitos práticos desses acordos não avançam na mesma velocidade que os problemas causados pela ação da humanidade ao meio ambiente.

Ambientalista e cientistas das mais diversas áreas tem sinalizado que as questões ambiental e social devem ser consideradas como parte do mesmo problema, tal visão se justifica pelo fato de que para resolver os problemas ambientais, na maioria das situações, é necessário o rompimento com a desigualdade social que se materializa em situações de pouco acesso aos recursos naturais fundamentais (como água) e o saneamento básico, e outros tantos serviços essenciais.

No Brasil, o problema maior não é necessariamente a fragilidade das políticas de proteção ambiental. Ao longo da história, o Brasil criou uma legislação ambiental forte e firmou acordos internacionais de preservação ambiental e redução de poluentes. No entanto, recentemente o Brasil



tem tido destaque no cenário internacional, não como protagonista nas ações de proteção e preservação da fauna e da flora, mas sim pelos crescentes casos de os ataques aos povos e comunidades tradicionais, o desmonte sistemático das instituições socioambientais e tentativas de inviabilizar o trabalho dos órgãos de proteção e controle no combate aos crimes ambientais.

Em 2019, com repercussão no mundo todo, o meio ambiente brasileiro foi vítima de inúmeras tragédias ambientais, como exemplo, o rompimento de barragem em Brumadinho em Minas Gerais, incêndios florestais em larga escala na Amazônia, o derramamento de óleo na costa litorânea das regiões Nordeste e Sudeste e mais recentemente as queimadas no Pantanal Mato-Grossense.

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), apresentados na comissão externa que acompanha o enfrentamento de queimadas no Brasil, em 2019 houve aumento de 195% no número de queimadas detectadas no Pantanal. Em 2020, o número de focos ultrapassou todos os índices registrados na série histórica, trazendo prejuízos incalculáveis para a biodiversidade e para o equilíbrio ambiental.

Este artigo propõe uma reflexão crítica acerca das questões que envolvem o neoliberalismo ambiental no Brasil. Busca problematizar as influências e as disputas que travam o avanço de pautas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental. Elenca os contextos de influência que demarcaram as políticas de preservação e proteção ambiental no Brasil e no mundo. Destaca as pressões da globalização neoliberal em detrimento à centralidade das discussões sobre o desenvolvimento e a sociedade.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Para a realização deste estudo investigativo, foi utilizado como método a abordagem qualitativa de pesquisa, por entender que tal método seja o mais apropriado para o trabalho que aborda subjetividades, nesse caso específico, significados importantes construídos a partir da análise da literatura selecionada no percurso investigativo. Desse modo, a pesquisa qualitativa de cunho documental, responde satisfatoriamente aos objetivos da pesquisa e permite o aprofundamento teórico e problematização dos fenômenos que estão sendo investigados.



### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

Este texto se sustenta teoricamente na perspectiva pós-estrutural e na Abordagem do ciclo de políticas (*policy cycle approach*) proposto por Stephen Ball, Richard Bowe e Anne Gold, que em diferentes países vem sendo utilizada como um referencial para analisar a trajetória de políticas sociais.

Ball, Bowe e Gold (1992) concebem a abordagem do ciclo contínuo de políticas como um referencial metodológico de análise das políticas a partir três contextos principais: contexto da influência, contexto da produção de texto e contexto da prática (MAINARDES, 2006). Tais contextos se relacionam e são entendidos como campos de disputas nos quais atuam diversos grupos de interesse (partidos políticos, instituições privadas, governo, poder legislativo, sindicatos etc.) sob influências de redes locais, globais e transnacionais.

Nesta abordagem, a política é concebida como texto e como discurso.

A política como texto – é baseada nas complexas maneiras em que ela é codificada. Representa o resultado de uma multiplicidade de agendas (algumas mais privilegiadas em detrimento de outras) sujeitas a interpretação e reinterpretação num constante processo de negociação com o outro e, portanto, vulneráveis a “uma pluralidade de leituras em razão da pluralidade de leitores” (MAINARDES, 2006, p. 53).

A política como discurso – se processa como disputas por poder e pelo controle sobre outros discursos ou sobre as possíveis interpretações. Tenciona controlar as “vozes” num processo de qualificação sobre quais são legítimas (incluídas) e quais serão restringidas (desprezadas) (Ball, 1993).

Atualmente, essa abordagem tem papel importante na análise de políticas, pois tem proporcionado uma ampliação das discussões acerca da epistemologia das políticas. A opção pela perspectiva pós-estrutural como base de sustentação deste trabalho, torna possível a compreensão acerca das relações de dominação existentes na sociedade que vão para além do aspecto econômico.

O contexto da influência representa os discursos políticos que sustentam a produção das políticas. É neste contexto que os grupos de interesse e as redes de políticas operam, a fim de encontrar apoio para efetivar e legitimar suas demandas e pacotes de soluções para os problemas sociais.



Segundo Ball e colaboradores (1992), é no contexto da produção de textos, que os textos políticos são produzidos e ganham forma de textos legais, produzidos como resultado das disputas pelo controle.

O contexto da prática, por sua vez, pode ser entendido como campo de batalha onde é feita a interpretação e a tradução dos textos para o contexto dos leitores. Os sujeitos, ao ter contato com os textos políticos, leem com base em suas próprias histórias de vida e suas concepções não são desprezadas no processo de interpretação, “*os textos não são somente o que eles parecem ser em sua superfície*” e, de acordo com Foucault, discursos nunca são independentes de história, poder e interesses (BALL, 1993 *apud* MAINARDES, 2006, p. 54, grifo meu).

A partir desse entendimento, Stephen Ball tem trabalhado com análise de políticas buscando compreender por meio de seus elementos constituintes, o movimento único de cada política a ser estudada. Para isso, seu entendimento parte de que as políticas, além de processos e consequências, é texto e discurso que se complementam intrinsecamente (MAINARDES, 2006).

Nesse texto, considerando as escolhas de condução argumentativa, darei ênfase ao contexto de influências, uma vez que os interesses e efeitos das políticas ambientais, são observados em escala transnacional.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

##### **NEOLIBERALISMO AMBIENTAL: SOLUÇÃO OU AGRAVANTE DAS CRISES AMBIENTAIS E SOCIAIS?**

No início dos anos 70, como proposta de saída da crise econômica mundial e retomada do processo de acumulação de capital, começou a ocorrer um fenômeno denominado de neoliberalismo apresentado um conjunto de transformações (econômicas, políticas e ideológicas) como possibilidade de viabilização do crescimento e manutenção da riqueza mundial.

Na contemporaneidade, muito se ouve falar sobre a globalização neoliberal. De forma resumida, podemos dizer que o neoliberalismo é o resultado de transformações históricas na ordem econômica internacional.

O rompimento das fronteiras comerciais culminou na evidência de uma infinidade de esquemas e relações comerciais entre os países que inevitavelmente envolve tentativas de



hegemonização de esquemas e relações de dominação dos países considerados desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos.

As influências neoliberais não impactam apenas as políticas e relações internacionais entre os países, impactam, do mesmo modo, as políticas e instituições internas, o interesse do agronegócio, da indústria, do comércio, da política e etc.

Tais influências, condicionam o investimento financeiro em países em desenvolvimento a uma série de medidas ligadas a “reformas” e a melhoria de índices verificados por essas instituições internacionais.

A esse respeito, Freitas (2004) argumenta que “estados como o Brasil, [...] foram colocados na contingência de induzir soluções preconcebidas além-fronteira [...], sob o controle de organismos internacionais que passaram a ocupar um papel central na aplicação da política internacional” (FREITAS, 2004, p.146).

Embora possível considerar que seja nos anos 70 o início do movimento teórico e hegemônico neoliberal, teóricos como de Friedrich Hayek, desde 1944, criticava o intervencionismo estatal na economia, anos mais tarde, nas décadas de 80 e 90, Milton Friedman começou a ganhar espaço na academia com suas produções teóricas, influenciando economistas de diversos países.

No governo de Margareth Thatcher (1979), na Inglaterra, Ronald Reagan nos Estados Unidos (1980) e Helmut Kohl na Alemanha (1982), essas ideias começaram a transpor o plano teórico para o político e serviram de base para a transformação da doutrina em diretriz do pensamento e da administração econômica e passaram a ser incorporadas por instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e conseqüentemente e por países latino-americanos que recorrem a estas organizações para obter financiamento.

Como destacado anteriormente, na década de 1990, a questão ambiental passou a ter maior visibilidade no cenário internacional, e a poluição dos recursos hídricos do ar e o uso desenfreado dos recursos naturais, passaram a ganhar espaço nas manchetes dos grandes veículos de comunicação mundial e nas conferências internacionais como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Rio-92, até hoje a maior conferência ambiental já realizada.

Sob influência do pensamento neoliberal e das teorias de livre mercado, o movimento ambiental e a temática ecológica começam a despertar o interesse dos grandes organismos financeiros

internacionais, em particular do Banco Mundial. Assim, a política ambientalista passa a ser marcada pela mercantilização dos recursos naturais e o mercado é apresentado como solução do problema, aliado à suposta eficiência do setor privado.

Nessa esteira, penso como Layza Soares, ao destacar que

O neoliberalismo exacerba os problemas ambientais, pois busca (do ponto de vista teórico e prático) acelerar o processo produtivo que degrada, e também reflete uma sociedade que: tem na desigualdade algo desejável para dar sentido à busca pela eficiência; e que possui o comportamento econômico maximizador presente em suas esferas políticas, sociais e culturais (SOARES, 2020, p. 69).

Ainda sobre as influências neoliberais sobre as questões ambientais, Gonçalves (2006), destaca que essa agenda passa a interessar cada vez mais o ‘andar de cima’ sobretudo o setor empresarial e as grandes corporações transnacionais (2006, p. 299), e conseqüentemente ocorre uma mudança de paradigma sobre a questão da conservação ambiental, e esta demanda começa a ser interpretada como produto, como mercadoria e, portanto, precisa ser precificada e disputada.

O debate sobre sustentabilidade promovido na Rio-92, estimulou a produção de políticas nacionais e internacionais tornando-se elemento importante nas estratégias de desenvolvimento regional. No entanto, despertou o interesse do mercado, e no bojo das ideias liberais de redução do tamanho do estado, a abertura para o investimento da iniciativa privada é apresentado como solução aos problemas ambientais. Assim, o Banco Mundial ocupa papel de destaque na orientação dos governos e influencia a produção de políticas e de gestão econômica como critério para liberação de financiamentos e investimentos nas pautas de sustentabilidade e de desenvolvimento econômico e social.

## **CRÉDITO DE CARBONO: LICENÇA NEOLIBERAL PARA CONTINUAÇÃO DA DESTRUIÇÃO AMBIENTAL**

A partir do Protocolo de Kyoto em 1997, surgiram inúmeras iniciativas que em maior ou menor escala, aqueceram o mercado de proteção ambiental, dentre essas iniciativas, podemos destacar o conceito do Crédito de carbono. A ideia tinha como propósito a redução certificada dos gases que provocam o efeito estufa que causam diversos problemas ambientais associados às mudanças

climáticas. Assim, através de instituições controladas internacionalmente ou localmente, seriam emitidos certificados para empresas ou pessoas que reduzissem a emissão de gases do efeito estufa.

De acordo com informações veiculadas no site do Governo brasileiro (gov.br), o crédito de carbono é a representação de uma tonelada de Carbono que deixou de ser emitida para a atmosfera. Para cada tonelada de carbono que deixa de ser emitida, é gerado um crédito de carbono que pode ser comercializado no mercado de forma a gerar benefícios econômicos.

O Mercado de Carbono, na verdade, é um campo de trocas que permite aos países com altas emissões de carbono comprar o “excedente” das cotas dos países que produzem menos CO<sub>2</sub>. Cada tonelada de CO<sub>2</sub> que é reduzida ou removida da atmosfera corresponde a uma unidade, denominada de Redução Certificada de Emissão (RCE). Dessa forma, o crédito acumulado pode ser negociado no mercado internacional.

Dentre as várias organizações criadas do Brasil, a título de exemplo, destaca-se o “Brasil mata viva” ou BMV.

A partir da articulação de uma extensa rede de empresas ligadas ao sistema financeiro, energia, indústria, comércio varejista, óleo e gás, construção civil, logística e transporte e principalmente o agronegócio, a BMV foi criada em 2007 com a finalidade de impulsionar o mercado de proteção ambiental no Brasil.

Empresas como o banco Itaú, BMG, Santander, concessionárias de veículos das marcas Honda, Toyota, Nissan, Ford, Volkswagen, figuram entre o aglomerado de empresas que participam das estratégias e negócios do mercado de crédito de carbono.

Presente em várias partes do mundo, a BMV mantém sede em Goiânia-GO. Através da articulação dessa rede de empresas, a BMV se apresenta como desenvolvedora de uma metodologia capaz de gerar e desenvolver soluções em Sustentabilidade.

A metodologia consiste em Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) a partir da geração de créditos de floresta, ou seja, pessoas ou empresas que produzem gases que causam o efeito estufa em suas atividades industriais, pagam pelos créditos de floresta gerado por pessoas que preservam áreas de florestas em propriedades rurais privadas ou áreas de conservação públicas.

Os produtores rurais interessados a receber pelos créditos de floresta vinculados ao BMV são selecionados através de audiências públicas e assumem o compromisso de preservar o patrimônio ambiental nativo, a biodiversidade, os recursos hídricos e a preservação do solo de determinadas áreas

de sua propriedade, o que dentro de um determinado tempo, gera os créditos de carbono que são pagos pelas empresas interessadas em poluir.

Em 2016, na 22ª edição da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 22), um dos temas centrais da conferência foi o mercado de carbono. Na ocasião, se fizeram presentes, representantes dos setores empresariais e financeiros. Na ocasião, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS, apresentou um estudo (Precificação de carbono: o que o setor empresarial precisa saber para se posicionar) contendo informações julgadas importantes ao empresariado brasileiro sobre a atribuição de preço ao carbono.

O debate girou em torno dos três modelos existentes para precificação do carbono: a taxação direta, sob a forma de imposto; a transação de certificados de carbono, comercializados no mercado financeiro; ou ainda um modelo híbrido, numa combinação de ambos.

Questões como: eficiência na redução de emissões; benefícios ao desenvolvimento socioeconômico; impactos sobre a competitividade dos diferentes setores; como as empresas se inserem nesse processo, foram tratados nessa conferência.

A esse respeito, Bruno Silveira Goularte e Augusto Mussi Alvim, destacam que

Através de um padrão de emissões de poluentes a empresa pode poluir até um determinado limite legal, sofrendo multas e penalidades caso este limite seja ultrapassado. Já no esquema de taxa para emissão de poluentes, a empresa paga por unidade de poluente emitido, justificando a redução das emissões. Por último, no padrão de permissões transferíveis cada empresa recebe uma permissão para emitir poluentes estabelecendo um nível máximo específico de emissões. Como estas permissões podem ser negociadas entre as empresas que emitem poluentes, aquelas menos capazes de reduzir suas emissões se tornam compradores de permissões negociáveis (GOULARTE, ALVIM, 2011, p. 76).

Não pretendo aqui tecer crítica a participação das empresas privadas nas discussões sobre desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental, ao contrário, penso que esta pauta deve ser objeto de atenção e preocupação de todos os segmentos da sociedade. O que de fato questiono é a mercantilização das pautas de preservação ambiental e o destaque a supervalorização da precificação do carbono como sendo a principal ferramenta de solução para o aquecimento global.

Já não bastasse os impactos provocados pela construção de hidrelétricas, garimpos, invasão a reservas florestais e tantas outras atividades de exploração e devastação dos recursos naturais, tendo a acreditar que os projetos de Crédito de Carbono, dado o contexto do ideário neoliberal que eles estão inseridos, representam, na verdade, grandes riscos aos povos e comunidades tradicionais



localizadas em regiões com vastos recursos naturais e espalhados nas mais diversas regiões do Brasil, uma vez que esses povos passam a sofrer com o assédio de empresas voltadas para atividades econômicas florestais.

Esses projetos em grande escala, impedem as populações (que precisam da terra para subsistência) de exercerem as atividades produtivas em seus territórios de forma sustentável, isto é, o manejo dos recursos naturais e culturas de subsistência. Outro aspecto relevante é o fato que em muitos casos, o maior volume do dinheiro obtido através do Crédito de Carbono não seria destinado diretamente para as comunidades, mas sim para os cofres do governo.

Qualquer iniciativa que prioriza o dinheiro, os critérios de precificação e valor de mercado para ações de preservação da biodiversidade, no mínimo deve ser observada com desconfiança, ou seja, em um contexto natural, as estratégias para diminuir as emissões de CO<sub>2</sub> não deveriam estar condicionadas a prioridades traçados pelo mercado.

Seria o comércio de Crédito de Carbono a solução para todas as mazelas ambientais? Todos os problemas de degradação do meio ambiente se resumem ao efeito estufa? As outras pautas não menos importantes não merecem destaque e envolvimento do mercado?

Acerca dessa questão, Moreno (2016, p.9) destaca que

“Não há dúvida de que a crise ambiental é real, urgente e de alcance e significado global. Vivemos em uma época em que a mudança climática é apresentada como a maior e mais urgente ameaça do nosso tempo. No entanto, surpreendentemente essa ameaça é vista quase exclusivamente como um problema de excesso de emissões de CO<sub>2</sub> na atmosfera. Nas palavras de Lord Nicholas Stern, seria o aquecimento global resultado do “maior fracasso de mercado que o mundo já viu”? As mudanças climáticas são mais importantes e urgentes do que a perda de biodiversidade, a degradação das terras agricultáveis ou o esgotamento da água doce? Podem estes fenômenos ser considerados de forma isolada? De que maneira exatamente nós os apropriamos, falamos sobre e comunicamos “o maior desafio da humanidade?”

Outro aspecto importante a ser observado é que o comércio de carbono estimula a expansão de monoculturas de crescimento rápido, como por exemplo o eucalipto que além de retirar enormes quantidades de água do solo, impossibilita o reflorestamento correto com a vegetação nativa o que é indispensável para recuperação da biodiversidade.

## O PARADIGMA DA SUSTENTABILIDADE ALIADO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Os estudos e debates em torno das pautas do ecodesenvolvimento não são recentes, entretanto, nas últimas décadas, o destaque sobre o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou centralidade no debate ambiental, sobretudo com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92), realizada na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1992.

Crescimento Econômico, desenvolvimento social e erradicação da pobreza são as primeiras e primordiais prioridades para os países em desenvolvimento, sendo essenciais para o alcance do objetivo de sustentabilidade nacional e global (AGENDA 21, 1992, p.300).

Na ocasião, foi debatido o princípio das responsabilidades comuns a todas as nações sobre a crise ambiental. Como resultado desse debate, foi instituída a Agenda 21, um documento que destaca um conjunto de ações para a regulamentação do desenvolvimento voltado à sustentabilidade.

As condições econômicas, tanto nacionais como internacionais que estimulem o livre comércio e acesso aos mercados contribuirão para que o crescimento econômico e a proteção do meio ambiente se apoiem mutuamente em benefício de todos os países, particularmente dos países em desenvolvimento e àqueles que experimentam o processo de transição para uma economia de mercado. (AGENDA 21, 1992, p.300).

O documento aborda também, um diagnóstico acerca dos efeitos da degradação ambiental e determina um conjunto de metas que dentre outras frentes, enfatiza as dimensões sociais e econômicas do desenvolvimento, a conservação e o manejo dos recursos naturais, a importância dos oceanos e da água doce para a efetivação do desenvolvimento sustentável global.

Na visão de Ignacy Sachs (1993), economista polonês, conhecido por sua vasta obra no campo da teoria ambiental, o autor defende um novo estilo de vida baseado na conciliação entre desenvolvimento econômico, preservação e desenvolvimento social. Sachs defende um modelo de desenvolvimento da civilização com base na integração solidária e na responsabilidade mútua dos povos ancoradas em cinco dimensões da sustentabilidade do ecodesenvolvimento, a saber: 1) Sustentabilidade Social – um modelo de desenvolvimento que resulta na diminuição das diferenças sociais; 2) Sustentabilidade Econômica – aumento da desvinculada de potências externas e

fundamentadas no manejo eficiente de recursos naturais e da responsabilização das empresas por danos ambientais; 3) Sustentabilidade Ecológica – uso dos recursos naturais mais renováveis com extração responsável com a garantia de sua reprodução e renovação natural; 4) Sustentabilidade espacial / geográfica – planejamento do uso do espaço territorial (desconcentração de populações e atividades produtivas) para manter o equilíbrio entre a sociedade e a natureza; 5) Sustentabilidade Cultural – visa a produção de soluções de desenvolvimento adaptadas a cada cultura.

É importante destacar a importância de dar um sentido político às questões do ecodesenvolvimento. Na contemporaneidade, é indispensável articular desenvolvimento e equidade social aos fatores de sustentabilidade e equilíbrio para o uso responsável dos recursos naturais, principalmente a proteção aos recursos não renováveis.

O desafio que se apresenta é a mudança de paradigmas em relação à preservação ambiental. É imperativo que as políticas públicas relacionadas ao meio ambiente, tenham como cerne a preservação dos biomas como fator principal. É preciso dar espaço para hegemonizar a cultura de que a preservação ambiental também está diretamente relacionada à manutenção da vida e da saúde humana. Desenvolvimento econômico não é sinônimo de destruição ambiental. Entretanto, é imperativo que as políticas de proteção e uso racional dos recursos naturais tenham como objetivo principal, a preservação e sustentabilidade e não a mercantilização das pautas ambientais.

Em suma, acredito que a economia verde pode ser uma alternativa importante de ecodesenvolvimento, todavia, não deve ser uma válvula de escape para obtenção de licenças legais para destruir, ou seja, não deve ser um subterfúgio para que pessoas e megacorporações obtenham certificado para promover o desmatamento, a monocultura, a emissão de gases poluentes e tantas outras formas de destruição ambiental.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob influência do pensamento neoliberal, o discurso ambiental tem se tornado estratégia do livre mercado para o alcance da mercantilização de ações e projetos de preservação ambiental.

Nesse sentido, o movimento ambiental e a temática ecológica começam a despertar o interesse dos grandes organismos financeiros locais e internacionais. Nesse contexto, transformações econômicas e políticas são provocadas pela investida neoliberal e, ações como mercado verde, crédito

de carbono, dentre outros projetos, são apresentadas como políticas de sustentabilidade e redução dos gases que provocam o efeito estufa e são vistos como possibilidade de equilibrar crescimento econômico às pautas de preservação do meio ambiente.

Neste texto, procurei argumentar que a mercantilização de soluções para os problemas relacionados às questões ambientais pode aprofundar os problemas e inviabilizar soluções efetivas que perpassam pelo debate democrático entre todos os segmentos da sociedade.

Argumento que qualquer iniciativa que priorize o dinheiro, os critérios de precificação e valor de mercado para ações de preservação da biodiversidade, no mínimo deve ser observada com desconfiança.

A apropriação de narrativas como “mercado verde” e “crédito de carbono”, quando permeadas pela lógica da mercantilização das ações de proteção ambiental, adquirem novo significado e se alinham aos valores mobilizados pela ideologia do neoliberalismo ambiental.

Defendo ser imperativo que as temáticas de ecodesenvolvimento e desenvolvimento econômico e social devem ter destaque nas políticas públicas para o meio ambiente, e devem se sobrepôr aos valores do consumo, do individualismo, do mercado e do lucro econômico.

## REFERÊNCIAS

AGENDA 21. UN **Conference on Environment & Development**. Disponível em: [www.un.org/esa/custdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf](http://www.un.org/esa/custdev/documents/agenda21/english/Agenda21.pdf) > acesso em: 05/02/2021.

BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa: UEPG, 2012.

GOULARTE, Bruno Silveira; ALVIM, Augusto Mussi - **A comercialização de créditos de carbono e seu impacto econômico e social**. Análise A Revista Acadêmica da FACE. Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 72-88, jan./jun. 2011. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10480/2/A\\_Comercializacao\\_de\\_Credito\\_de\\_Carbono\\_e\\_seu\\_Impacto\\_Economico\\_e\\_Social.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10480/2/A_Comercializacao_de_Credito_de_Carbono_e_seu_Impacto_Economico_e_Social.pdf). Acesso em 30/03/2021.

MAINARDE, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educ. Soc. Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



Moreno, Camila. **A Métrica do Carbono: abstrações globais e epistemicídio ecológico**. Camila Moreno, Daniel Speich, Lili Fuhr. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016. 80 p.

SOARES, Layza Rocha. **O neoliberalismo e sua impossibilidade de solucionar os problemas ambientais**. Revista Fim do Mundo, n° 2, maio de 2020.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: o desenvolvimento e o meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.